



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 61/XV/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de novembro de 2022, pelas 15:57 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, no Plenário do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**Continuação da votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#)
— Aprova o Orçamento do Estado para 2023.**

**Continuação da votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#)
— Aprova o Orçamento do Estado para 2023.**

A Comissão continuou a votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª (GOV), nomeadamente dos artigos 88.º a 149.º (com exceção do artigo 99.º), assim como das respetivas propostas de alteração, incluindo as que ficaram pendentes do primeiro dia.

Os resultados das votações encontram-se disponíveis na página do [Orçamento do Estado de 2023](#).

Já após o termo da reunião, foram apresentadas pelo CH as declarações de voto por escrito, que constam em anexo à presente ata.

O PSD referiu pretender apresentar declaração de voto relativamente à Proposta de alteração 1714 C do PAN (artigo 139.º-A).

A reunião foi gravada, constituindo a [gravação](#) parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede, a qual poderá ser consultada na página da iniciativa.

A reunião foi encerrada às 22:14 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 61/XV/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 22 de novembro 2022.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 61/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hugo Costa (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
Carla Castro (IL)
Bruno Dias (PCP)
Mariana Mortágua (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Rui Tavares (L)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Pedro Coimbra (PS)
Pedro Do Carmo (PS)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 61/XV/ 1.ª SL

Carlos Eduardo Reis (PSD)
Isaura Morais (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)
Duarte Alves (PCP)
Ana Isabel Santos (PS)
Isabel Guerreiro (PS)
Helga Correia (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Pedro Pinto (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)

Declaração de Voto

Proposta nº 1612C

Plano Plurianual de Investimentos no Serviço Nacional de Saúde

O CHEGA considera fundamental o investimento no SNS para assegurar uma prestação de cuidados de saúde eficaz e eficiente não só para os utentes, como também do ponto de vista do combate ao desperdício económico e de recursos neste setor.

É inequívoca a reestruturação necessária ao nível das infraestruturas e dos recursos humanos, assim como dos demais recursos materiais, no entanto a proposta apresentada pelo PCP não apresenta as soluções necessárias para esse efeito.

Assim, o Chega votou contra a referida proposta devido à elevada carga ideológica estatizante. O PCP continua, tal como o Governo, a excluir completamente a participação dos privados, nomeadamente através da celebração de parcerias público-privadas, ignorando os resultados vestidos nos relatórios do Tribunal de Contas (TdC) sobre a gestão das PPP. Estes relatórios deixam evidente que o Estado pode poupar milhões de euros sem que isso comprometa os padrões de qualidade no atendimento aos doentes, pelo contrário, existe evidência de mais eficiência e, conseqüentemente, de melhor serviço em hospitais cuja gestão é feita através de PPP.

Importa também referir que o PCP fez parte da solução de viabilização governativa nas últimas legislaturas, tendo permitido que fossem feitas promessas às populações relativamente à construção e/ou requalificação das infraestruturas mencionadas na sua proposta, bem sabendo que ano após o Governo incumpriu, sem que isso tivesse comprometido a participação do PCP na referida solução governativa.

Na actual legislatura, com um cenário de maioria absoluta por parte do Partido Socialista, é que o PCP vem apresentar uma proposta onde prevê a requalificação de um conjunto de infraestruturas, não falando concretamente de uma obra, não estabelecendo prioridades de intervenção, nem qualquer garantia da sua efectivação.

Apesar de concordar com algumas das intervenções mencionadas na proposta, o Chega considera que esta é uma proposta demagógica e populista que não serve os interesses da população.

Assembleia da República, 25 de novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa

Declaração de Voto

Propostas n.º 338C; 339C; 340C; 341C; 342C; 343C; 344C; 345C; 346C

O CHEGA absteve-se nas propostas relativas à eliminação das taxas de portagem na A23; A24; A25; A28; A29; A41; A42; A4; A22. Apesar de ser favorável ao fim do pagamento destas taxas, especialmente em zonas cuja coesão territorial seja prioritária, o CHEGA é contra a reversão das concessões, como o PCP propõe. Portanto, o fim da exigência deste pagamento não deve implicar a reversão das respectivas concessões para o Estado e, conseqüentemente, a passagem da sua gestão para a IP- Infraestruturas de Portugal, S.A.

Assembleia da República, 25 de Novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa

Declaração de Voto

Proposta nº 723C; 724C; 725C; 726C; 727C; 728C

Isenção de taxas de Portagens A22; A23; A24; A25; A28; A42

O CHEGA absteve-se nas propostas apresentadas pelo BE, melhor identificadas supra, devido ao facto de apesar de concordar com a isenção do pagamento de taxa de portagem nas referidas autoestradas, não concorda com a reversão das concessões também prevista naquelas propostas.

A abolição das taxas de portagem tem sido defendida pelo CHEGA, principalmente em zonas cuja coesão territorial seja prioritária, tendo inclusivamente apresentado no âmbito deste Orçamento do Estado várias propostas nesse sentido.

Assembleia da República, 25 de Novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa